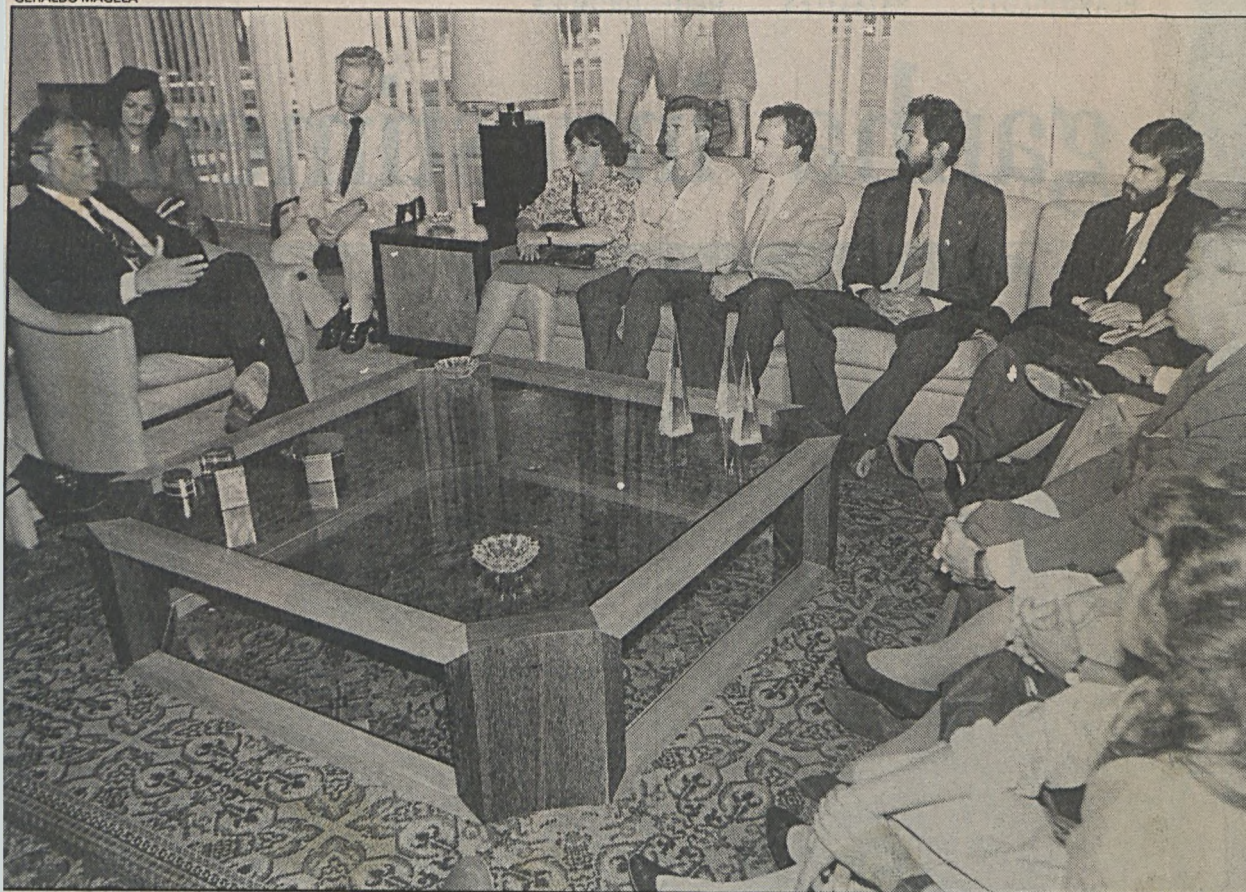


# Informante dá pistas no caso Honestino

GERALDO MAGELA



Roriz garantiu à comissão que os arquivos secretos mantidos na SSP serão abertos nos próximos dias

Um informante anônimo que vem fazendo contatos com a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal (OAB-DF), pode ajudar a esclarecer as circunstâncias do desaparecimento e o paradeiro do líder estudantil Honestino Guimarães, preso em 1973. O relator dos trabalhos de investigação, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, aposta em novos contatos nas próximas horas para reunir mais informações, que acredita serem muito importantes para esclarecer o caso.

Antônio Carlos acredita que o informante dispõe de informações preciosas e já forneceu muitos dados e nomes de pessoas que de alguma forma tiveram contato com Honestino enquanto ele estava preso. O advogado disse que essas informações já estão sendo checadas e podem dar novo impulso às investigações. "Essa pessoa sabe de muita coisa, mas tem resistido em dar novos dados.



Contudo, acreditamos que venhamos ajudar mais prestando detalhes e nomes que podem esclarecer definitivamente esse caso", salientou.

O relator dos trabalhos de investigação acredita que essa pessoa, que já fez dois contatos de telefone público, esteve realmente muito próximo a Honestino enquanto o líder estudantil esteve preso. Pelos dados fornecidos até agora, o ex-aluno da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve por um período significativo em Brasília, onde também pode ter sido morto, como sugeriu o informante à comissão.

Os membros da comissão, apoiados por um grupo de parlamentares de Brasília e de integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, obtiveram do governador a garantia de que os arquivos secretos mantidos na Secretaria de Segurança serão abertos nos próximos dias. O governador também prometeu fazer gestões junto ao Governo Federal para a abertura dos arquivos mantidos pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas.

## Goianos enfrentam obstáculos

Da Sucursal de Goiânia

Enquanto no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Brasília os arquivos da polícia política estão sendo abertos ao conhecimento público sem maiores problemas, em Goiás a luta do grupo Tortura Nunca Mais e dos familiares dos presos políticos desaparecidos só tem enfrentado obstáculos. Até mesmo os recursos judiciais para a tentativa de recuperação e abertura dos arquivos sofrem contestações e atrasos. O promotor de Justiça, Eliseu Taveira, autor de uma ação cautelar inominada junto à Justiça Federal, ajuizou contestação ontem a parecer do procurador da República em Goiás, nos autos de que se pede a volta dos arquivos do extinto Dops para o estado.

As fichas, relatórios e outros documentos do órgão foram entregues pela Secretaria de Segu-

rança Pública, em 1982, à 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. O comando da unidade nega-se a relacionar o conteúdo da documentação recebida e muito menos dar conhecimento dela aos familiares de presos como Marco Antônio Dias Batista, Honestino Guimarães e o ex-deputado José Porfírio, desaparecidos durante os anos da repressão.

O procurador da República, Wagner Natal Batista, ouvido na ação cautelar, questionou a legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar nesse caso junto à Justiça Federal. Esse entendimento é agora contestado pelo representante do Núcleo Setorial de Apoio às Promotorias Especializadas, órgão da Procuradoria Geral de Justiça de Goiás. Eliseu Taveira cita a legislação que institui o litisconsorte facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados.